

A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: *ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo*.

Angela Ganem*

A proposta da palestra é apresentar inicialmente a contribuição da filosofia moral de Adam Smith tendo como eixo o sujeito moral smithiano e suas relações intersubjetivas na emergência da ordem sócio/econômica do mercado. Em seguida pretende-se mostrar como e quando o sujeito simpático e as suas relações intersubjetivas sofreram revezes ao longo da história da teoria do mercado na releitura de alguns de seus célebres herdeiros. E serão estas releituras que oferecerão pistas importantes para a compreensão do indivíduo contemporâneo: individualista, concorrente e absolutamente distante do sujeito simpático smithiano. Esboçá-lo, tendo em vista a forte influência dos fundamentos que provêm da economia não implica isolá-lo na disciplina. Ao contrário, entender o indivíduo em sua complexidade exige derrubar fronteiras, aproximando a economia, sobretudo da filosofia e da psicanálise.

O primeiro eixo trata da contribuição da filosofia moral de Adam Smith. O argumento se baseia na defesa da unidade do **sujeito**, da obra e da explicação da **ordem social** do mercado pelo autor. A fórmula da mão invisível supera o contrato e afirma que indivíduos em busca de seus interesses privados ao invés de se chocarem, produzem bem estar social. Entretanto, a ideia interessante a sublinhar é que o conceito morfogênico da TSM, a “simpatia,” se articula ao conceito básico da Riqueza, o “interesse”, e que juntos fornecem a coesão necessária à emergência e a reprodução da ordem social do mercado.

O segundo eixo aponta para o reducionismo e o empobrecimento de sua obra operado por autores que se consideram seus legítimos herdeiros. Constata-se num primeiro momento (século XIX) o reducionismo de Walras no intento de demonstrar lógico-matematicamente a soberania do mercado microfundado no comportamento individual do “homem econômico racional”. O esforço demonstrativo do autor expressa a tentativa mais ambiciosa dentro da HPE de transformar a economia num belo teorema. Já num segundo momento (século XX), é possível resgatar em Hayek a ideia de reler a ordem natural de Smith como uma ordem espontânea em que a história realizaria o autodesenvolvimento do mercado neoliberal. Uma ordem que emerge de regras eleitas que corroboram a ética individualista e a concorrência na sociedade, esta última baseada na teoria darwiniana da vitória dos mais aptos.

*Professora/ Instituto de Economia da UFRJ.

a liberdade no texto que segue recorrer a trabalhos anteriores.

O terceiro eixo trata das consequências desastrosas para a sociedade, para a política e para as subjetividades ditadas pelo apagamento do sujeito simpático smithiano e pela ausência de regras altruístas e de solidariedade. O que se tem observado é a ascensão de uma individualização sem limites reforçada pelo atual desmonte do Estado de Providência e na defesa do mercado ultraliberal como a melhor forma de organização das sociedades contemporâneas.

I. Adam Smith

O filósofo moral Adam Smith publicou duas obras seminais: a Teoria dos Sentimentos Morais (TSM), em 1759, e a Riqueza das Nações (RN), em 1776. A TSM é um belo tratado de moralidade, uma aguçada análise do comportamento humano e de suas virtudes, do que é bom e deve ser desenvolvido, do que é mau e deve ser descartado, do que merece adequadamente aprovação e do que deve ser desaprovado. Seus diálogos com Aristóteles, Epicuro e com os Estoicos atravessaram seu tratado e contribuíram para a sua visão sofisticada do comportamento humano.

Adam Smith fundou a economia política observando-a tanto pela ótica da produção, da acumulação e do excedente como pela ótica do mercado. A primeira ótica está ligada ao caminho aberto por Petty e desenvolvido por Smith e os fisiocratas. Já a leitura pela ótica do mercado remete Smith à história das ideias e a sua importante contribuição na construção do ideário liberal. Dois campos de estudos se abrem na História do Pensamento Econômico: o primeiro campo tendo como eixo central a teoria do valor trabalho, e o segundo campo tendo como conceito central a mão invisível. Neste último, o indivíduo é ponto de partida para a explicação da ordem natural do mercado.

Em Smith, a economia pode ser lida como uma teoria do mercado, uma explicação científica para a emergência da ordem liberal. A solução do mercado de Smith, em que interesses privados ao invés de se chocarem produzem bem estar social é sobretudo a resposta a uma importante questão filosófica da modernidade, e mais especificamente, da chamada Revolução Científica Moderna. A questão central sobre a qual se debruçaram os grandes sábios modernos era: como explicar a **ordem física e a ordem social** sem recorrer a explicação divina? ¹Na ordem física o homem pretendeu desvelar a partir de seu conhecimento uma natureza mitificada porque confundida com a imagem divina e identificada com a cosmogonia aristotélica. Para dar conta deste projeto fez-se necessário, parafraseando Gustav Gusdorf, “expulsar os anjos do céu” e ler as leis do universo, cientificamente. Este processo, como é sabido foi inaugurado pelos filósofos modernos,

¹ O exercício de voltar ao passado, recuperando o embate travado não campo da história das ideias filosóficas e científicas da modernidade para melhor compreender o nascimento da economia em Smith, foi realizado por inúmeros autores. Cito aqui, Dumont (1977), Hirschman, (1977), Rosanvalon (1977), Vidonne (1986), Bianchi(1987), Dupuy(1992), Deflavard (1995), Redman (1997) Zanine (1997). (Consultar Ganem, 2000)

entre eles Galileu e teve seu ápice na sistematização da física moderna de Newton através da descoberta das leis gravitacionais. No campo social, foi necessário enfrentar o desencantamento de uma sociedade laica para entender como ela se constrói por ela mesma e que portanto, é a única responsável pelo seu destino. Devemos a um dos primeiros sábios modernos, Maquiavel, a inauguração do realismo: o chão sobre o qual se assentará a preocupação dos filósofos morais dos séculos XVI a XVIII.²

Na ausência de uma explicação divina o **indivíduo** é ponto de partida, sujeito e objeto do conhecimento. Isto significou um poderoso movimento antropomórfico, antropocêntrico em que o *homem como ele realmente é* passa a fundamento da sociedade. Fazia-se necessária uma explicação científica de como os homens e suas paixões, ao invés de se destruírem, vivem em sociedade.³

Smith apresenta a fórmula ou a lógica do mercado liberal em seu estado mais puro, espontâneo e natural, em que interesses privados ao invés de se chocarem e produzirem a guerra são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. Esta solução de Smith alçou a economia ao debate das ideias da modernidade e a definiu dentro do projeto liberal. Nesta explicação, Adam Smith construiu um rico diálogo com os modernos e lançou os fundamentos da economia imbricados com a filosofia moral dos séculos XVII e XVIII. Sua explicação do mercado não se limita ao estudo do "local de trocas" e a economia termina por invadir todo o terreno da sociedade. Esta ordem social explicada a partir do indivíduo - o homem como ele realmente é - com as suas paixões, sem intencionalidades e/ou desígnios, geram dentro dessa perspectiva, o bem estar coletivo. Esboços da noção de mão invisível demonstram a interlocução de Smith com vários autores.⁴ Para intérpretes do período, em que pese a teoria dos filósofos

² "Maquiavel (1469/1527) é a primeira tentativa no campo da política de ruptura com a explicação divina, apresentando uma teoria política ditada pela práxis de aconselhar o príncipe na difícil tarefa de governar. O radicalismo de seu realismo se apresenta na ideia de que os povos constituem seu próprio destino e na noção de interesse associada a **raggione de stato**, um modo esclarecido de governar. (Ganem, 2000, pp14)

³ Inúmeros autores contribuíram para a construção do ideário e do direito liberal, em especial Locke (1632-1704). A "doutrina da propriedade" de Locke fornece o ponto de partida jurídico-institucional, pré-condição pelo direito para que se pudesse pensar a possibilidade de emergência da ordem na sociedade liberal. Ele inclui a propriedade e a herança (seu corolário), como partes dos direitos de natureza, somando-as ao direito à vida, à liberdade e à saúde. Assentando a fonte da propriedade (que se traduz numa acumulação de bens) no trabalho, ele diferencia os homens nas suas qualidades laboriosas, o que definiria uma distribuição desigual dos bens, própria da sociedade capitalista nascente. "Pas de liberalisme sans droit" será a concepção de seu governo de leis que garantirá a liberdade que reduz ao mínimo a coerção (liberdade negativa) e garantirá a propriedade - pilar da sociedade capitalista e pré-condição de proteção que o estado deve fornecer às esferas privadas do assalto de outros.. (Ganem, 2000)

⁴ Mandeville, em *The Fable of the Bees*, publicada em 1714, veicula idéias marcadamente modernas, ao mesmo tempo que ironiza a sociedade liberal nascente. O paradoxo social século depois apresentado na idéia de que benefícios públicos resultam de ações viciosas, explora a noção de mão invisível, articulando a paixão privada do vício ao resultado coletivo do benefício público. Montesquieu, identificado como um dos precursores do *topos* liberal, na sua obra mestra, *De l'esprit des lois* (1748), foi um dos que melhor sistematizou a idéia da mão invisível, associada a uma forma embrionária de mercado: o comércio internacional entre nações. Na teoria do *doux commerce*, ele defende a idéia do que o comércio suaviza os

contratualistas, a solução de Smith pelo mercado supera a noção do contrato hobbesiana, (considerada a mais acabada explicação da emergência da ordem pelo contrato), ao mesmo tempo que funda a economia como campo disciplinar.

Adam Smith ficou conhecido por seu trabalho na Riqueza das Nações embora estudos sobre a TSM, mostram a importância de seu tratado moral e a relação que existe entre as duas obras. Smith na TSM revela um sujeito incompleto, atravessado por regras da moralidade, voltado para o outro. O sujeito necessita do outro e dele procura reconhecimento e aprovação de seus atos. Mas será esta a única leitura? Já na segunda metade do século XIX a velha histórica alemã levantou o chamando problema Adam Smith ou *das Adam Smith problem*, como ficou conhecido em que perguntava: o sujeito moral da TSM é o mesmo indivíduo do interesse da RN? Existe unidade ou ruptura da obra? A economia nasce rompida ou não com a moral?

Destaco dentro da leitura da unidade e da tentativa de recuperar o sujeito moral no indivíduo interessado da Riqueza dois autores: D. Marshall e Jean Pierre Dupuy. Marshall, professor de literatura de Yale, lê a TSM como um espaço teatralizado, em que ator e espectador trocam de papéis sendo o *ator* o que age, sofre, sente e tem o desejo de ser aprovado, admirado, de merecer a simpatia e o *espectador*, o que observa, que se sensibiliza, que se coloca no lugar do outro, que aprova, que admira e que se simpatiza (Ganem, 2000).

Em Marshall temos uma relação intersubjetiva, dialógica, empática em que o sujeito smithiano tira a sua substância do reconhecimento do outro. Ele se liga a si mesmo mediado pelo outro o que significa uma subjetividade construída socialmente. Sem dúvida trata-se de algo mais complexo do que o jogo espelhar de Hume de natureza imitativa (*os homens são espelhos uns dos outros*). A mediação do outro mostra também como os juízos éticos são formados. Eles nascem da convivência entre os homens pois as normas morais não são concebidas *a priori* em Smith: elas são produções sociais. E a internalização dessas normas morais fornece a ideia do espectador imparcial, o tribunal interno de nossa própria consciência.

Unindo as duas obras, Jean Pierre Dupuy, filósofo francês, retoma o conceito de amor que tanto estaria presente na simpatia (TSM) como na noção de interesse (RN). Na TSM o amor próprio é construído pela admiração, pelo reconhecimento, pela aprovação: ele é uma virtude. O amor próprio pode também ser associado à prudência e ambos são merecedores de aprovação. Ao cuidarmos de nossa própria vida e de nossa família, somos merecedores de aprovação; ao cuidarmos da comunidade, merecemos aplausos. O ser magnânimo da TSM é um ser especial que cuida do país, e neste caso, merecedor de aplauso.

costumes e promove a paz entre as nações, tese diametralmente oposta à crueza da desigualdade do processo de *acumulação primitiva* de capital, sublinhada magistralmente por Marx. (Ganem, 2000)

O homem prudente da Riqueza é um homem adequado⁵ capaz de melhorar a sua própria condição. Ele constrói seu amor próprio pela dignidade com que vive: seus **interesses privados** não são selvagens. Ou seja, seus interesses privados não são interesses egoísticos incompatíveis com o interesse pelo outro. Neste sentido, o interesse privado não pode ser confundido com egoísmo ou *self interest*, movimento reducionista que ocorreu um século após na leitura neoclássica de Smith. Ali ocorre a exclusão de qualquer relação ou preocupação com o outro, ou em uma palavra, a exclusão da moralidade em seu sentido forte.

Entretanto, mesmo com esta aguda compreensão do que seria um comportamento humano virtuoso, Smith foi crítico à sociedade nascente e mostrou um certo desencanto com sentimentos não louváveis que estavam sendo gestados. Em 1781, cinco anos após publicar a RN, em 1781, Smith introduziu na TSM o capítulo sobre *a corrupção nossos sentimentos morais ocasionado pela disposição a admirar os ricos e os poderosos e a desprezar os pobres e os de baixa condição*. A realidade pode mostrar a ele que nem sempre os sentimentos são louváveis e nem o mercado funciona a perfeição. Neste caso para o autor faz se necessário a intervenção da justiça, suprema virtude que carrega “regras precisas como a gramática e a geometria”. Smith esboçou uma teoria da justiça in *Lectures of Jurisprudence* que embora publicado, trata-se de um projeto inacabado.

Dentro daqueles autores que fazem a defesa da unidade da obra,⁶ a moralidade e a ética são resgatadas, a natureza filosófica do autor é respeitada, o sujeito simpático da TSM se coaduna ao indivíduo interessado da Riqueza na emergência da ordem e o nascimento da economia se faz integrado à moral.

Em síntese, podemos afirmar que:

1. O sujeito smithiano é perpassado pela moralidade, o que significa que os homens tomam suas decisões alimentados pela moralidade. O sujeito em Smith não é um prelúdio do HER da teoria neoclássica e nem a ordem do mercado um esboço da Teoria do Equilíbrio Geral de Walras, como sugerido por neo-walrasianos.

2. A TSM e a RN são obras de um filósofo moral. A TSM não é uma obra da imaturidade do filósofo que se transmuda em um realista economista da RN como argumenta Jacob Viner (Ganem, 2000). Ao contrário a RN deve ser lida à luz da TSM.

3. A economia nasce ligada à moral. Os dois reguladores se realimentam. O espaço disciplinar da economia política em Smith não é recortado e autonomizado em que os indivíduos movidos unicamente por seus interesses e dotados de racionalidade onipotente

⁵ Sobre o conceito de adequação dentro da leitura unitária da obra, consultar *Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith* (Ganem, 2002).

⁶ Fazem parte da defesa da unidade da obra de Smith :os biógrafos oficiais, Morrow,1924; Raphael e Macfie, 1976; Heilbroner, 1982; Bianchi, 1987; Dupuy, 1992; Todorov, 1996; Justman,1993; Brown 1997. Consultar Ganem, A- *Adam Smith e a explicação da ordem social; uma abordagem histórico-filosófica* in Revista de Economia Contemporânea, v4 n2, 2000.

e onisciente, guiados unicamente pelos preços geram a ordem racional do mercado, expressa no equilíbrio geral estável e ótimo (Walras). Ou indivíduos ignorantes entre erros e acertos *à la popper* escolhem as melhores regras, as regras da concorrência da ordem do mercado neoliberal (Hayek). É o que veremos a seguir.

II Os herdeiros de Smith: reducionismo e ideologização nas suas versões sobre sujeito e ordem do mercado.

Walras

Em fins do século XIX a Revolução Marginalista centrada no valor- utilidade e a riqueza definida pela escassez marcaram uma profunda mudança nos rumos da economia, rompendo com a perspectiva dos clássicos (Smith e Ricardo), que viam no valor trabalho a origem da riqueza. Em Walras havia uma intenção clara em estudar a riqueza do ponto de vista de uma ciência pura distante dos valores e sobretudo entendendo-a na troca: uma economia pura, voltada para a teoria da alocação dos recursos escassos em fins alternativos. Entretanto, Walras não estava só neste projeto. No último quartel do século XIX, Jevons, inglês, o austríaco Menger, e o francês Walras, trabalhando separadamente, forneceram respostas metodológicas (leia-se provas matemáticas) a uma ciência pautada pelo espelho da física. Ter a física newtoniana como referência significava adotar uma perspectiva mecanicista da natureza e do conhecimento, aceitando os seus critérios de cientificidade, isto é, o rigor científico ditado pela matemática. Significava, também, estreitar o raio de ação da Economia, procedendo a um reducionismo no tratamento dos fenômenos econômicos.

A mudança nos rumos da Economia foi de tal ordem que é considerada por muitos autores como uma mudança de paradigma nos termos de Thomas Khun, pois se tratava de um afastamento das questões do bem-estar, da distribuição da renda e dos problemas do desenvolvimento, próprios dos clássicos, para se concentrar exclusivamente nas questões do mercado. Fascinados pelos resultados da física e da mecânica, Jevons e Walras, *entenderam a Economia como análoga à físico-matemática, ideologicamente neutra, fundamentalmente voltada para a determinação dos preços num regime de concorrência pura.* À redefinição do campo e do método se somou uma precisão quantitativa maior.

A técnica marginal foi o instrumental que definiu o padrão de rigor da revolução metodológica ocorrida na economia no final do século XIX. Chamada de Revolução Marginalista, caracterizou-se por centrar nos estudos das variações na margem ou, em outros termos, no cálculo diferencial. Também foi entendida como uma teoria da maximização porque a melhor posição ou a posição ótima das variáveis expressava o ponto de maximização da função. Mas o termo que se tornou hegemônico foi o de teoria neoclássica, termo utilizado pela primeira vez por Veblen, em 1910, e que definia com

propriedade uma nova escola de pensamento econômico inaugurada por aqueles três importantes autores.

Embora existissem diferenças de objetivos e especificidades em cada um desses autores, um denominador comum permaneceu: o uso das técnicas marginais. As diferenças constatadas não comprometeram a ideia que ocorreu uma grande mudança nos rumos da Economia. Jevons, em 1871, publica *a Teoria da Economia Política* cujo objetivo era fornecer um tratamento matemático ao comportamento humano. Menger, embora não possa ser considerado um marginalista, elaborou uma teoria subjetiva do valor dependente da utilidade marginal, e tentou desenvolver uma teoria geral baseada na determinação de preços. Já Walras se propôs a estudar as interdependências, as regularidades e as conexões no mercado, o que lhe possibilitou pensar a economia em termos gerais, como uma ordem social capaz de ser capturada pela matemática, definindo-a como voltada essencialmente para a determinação dos preços sob um regime hipotético de concorrência perfeita.

Não deixa de ser curioso como o autor que fundou o modelo central da teoria neoclássica e a referência teórica do pensamento liberal, aquele que forneceu o rigor e a precisão necessários à ideia do mercado auto regulável, tenha sido percebido por alguns autores como um socialista, por defender a necessidade da intervenção do estado para promover reformas. Em uma palavra, Walras, o político, não acreditava que na prática o mercado concorrencial por si só conduziria à justiça social e propôs medidas concretas para diminuir as desigualdades.

Entretanto a questão teórica que mobilizou Walras e se tornou central para os seus estudos pode ser expressa da seguinte forma: é possível demonstrar a ordem do mercado como perfeita e eficiente? Ou, dito em outros termos, o equilíbrio do mercado existe, é estável e ótimo? Para lograr seu intento lançou mão de conceitos da física como a noção de equilíbrio e aplicou elementos do método matemático, como a abstração e os instrumentos de cálculo necessários. De posse desses instrumentos empenhou-se na construção de um modelo abstrato que envolvesse todas as relações de troca da economia numa perspectiva geral do mercado. F. Hahn, um dos teóricos e divulgadores⁷ da Teoria do Equilíbrio Geral walrasiana afirma com muita propriedade: *a TEG é uma resposta abstrata a uma importante questão abstrata: uma economia descentralizada contando somente com os preços pode gerar a ordem? A resposta da TEG é clara e definitiva: nós podemos descrever uma tal economia e suas propriedades. E esta teoria faz mais do que mostrar a possibilidade da ordem numa economia descentralizada. Ela mostra que o equilíbrio possui a seguinte propriedade: não existe nenhuma outra alocação de bens melhor que a do equilíbrio* (Hahn in Ganem, 1996).

⁷ F. Hahn escreveu em parceria com o premio Nobel, Kenneth Arrow, um dos manuais mais importantes da TEG. "*General Competitive Analysis*", Holden Day, San Francisco, 1971

Em outras palavras, a TEG descreve uma situação onde o interesse privado, egoísta, simplesmente governado pelos preços, pode se harmonizar com uma economia coerente e ordenada. Os preços de equilíbrio impõem a ordem num caos potencial. A construção do edifício teórico de Walras pressupõe o quadro jurídico-institucional do capitalismo, o ideário liberal que supõe a liberdade como ausência de coerção de outrem e a propriedade como um direito inalienável, garantia da não usurpação de bens acumulados.

A partir desse arcabouço institucional, pré-condição para se pensar a ordem do mercado, Walras delinea os fundamentos teóricos que sustentarão seu modelo axiomático. O primeiro dentre eles é o individualismo metodológico, que supõe o indivíduo como ponto de partida explicativo da ordem. No exercício de sua liberdade o indivíduo busca a satisfação de seus interesses privados. Auto interessados, isolados, dotados de plena informação, esses indivíduos dotados de uma racionalidade onipotente, dão respostas consistentes e automáticas aos sinais dos preços. Suas decisões consideradas como livres da moral ou de quaisquer outras injunções valorativas fortalecem a ideia de uma ciência neutra. A esta racionalidade instrumental se somam dois postulados importantes para a viabilização da demonstração: a concorrência e a busca do equilíbrio.

O sujeito smithiano, complexo, cortado pela moralidade e dependente do outro dá lugar ao chamado Homem Econômico Racional, dotado de decisões isoladas, onipotentes, maximizadoras. A racionalidade reduzida a um cálculo, tem como objetivo garantir uma ordem do mercado equilibrada, estável e ótima através de um mecanismo de ajuste automático de preços. Em verdade o projeto acabou por se expressar num mito da ordem racional e a demonstração da estabilidade geral uma impossibilidade.⁸

A economia neoclássica se irmanou ao movimento filosófico que reduziu a filosofia à ciência (cientificismo) e esta última ao positivamente dado. Milton Friedman é exemplar no trato da economia como positiva e a razão como instrumental. Esta avançou por todas as áreas da ciência, pensamento, sociedade, política, subjetividades e artes. Derivada da lógica utilitária, a racionalidade instrumental reduz o mundo ao princípio da calculabilidade, empobrecendo o pensamento, a razão e as relações intersubjetivas. Na década de 1940, Adorno escreveu com Horkheimer a sua obra seminal *Dialética do Esclarecimento* (1985 [1944]), em que eles avisam que o positivismo assumiu a magistratura de uma razão esclarecida em que nada supostamente lhe escaparia. Os fenômenos são traduzidos em um sistema de vários signos interligados e o pensamento se transforma em instrumento matemático. A lógica formal na sua expressão máxima, através da matemática, fornece o esquema de calculabilidade do mundo; o procedimento matemático torna-se o ritual do pensamento, instaurando-se como necessário e objetivo. Nesse quadro, o desconhecido, o opaco, ou ainda, o inexplicável, tornam-se incógnitas de equações no quadro de teoremas matemáticos. Entretanto, o que aparece como triunfo de uma racionalidade objetiva e a submissão de todo ente ao formalismo lógico tem por

⁸ Consultar Ganem, A. 'Demonstrar a ordem racional do mercado: considerações em torno de um projeto impossível' in Revista de Economia Política, v16, n2(62)1996.

preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. No quadro do positivismo e da razão esclarecida, o factual tem a última palavra, o conhecimento se restringe à repetição e o pensamento transforma-se em tautologia (Adorno/ Horkheimer, 1985 [1944]). Voltaremos a este ponto.

Hayek

F.A.Hayek é considerado uma das maiores expressões teórico-ideológicas do neoliberalismo. Sua teoria do mercado como ordem espontânea tornou-se uma das mais importantes referências teóricas da corrente neoliberal e sem dúvida alguma um veículo eficiente de difusão dos fundamentos da doutrina.

Para Hayek, teoria e ideologia são elementos indissociáveis. Ele foi o principal articulador do colóquio que criou a Sociedade de Mont Pelérin, organização que presidiu por quatorze anos. Hayek, como é sabido, foi o mentor do colóquio de Mont Pelérin, Suíça, em 1947, que contava, entre os seus trinta e sete ilustres participantes, Karl Popper, Lionel Robbins, Milton Friedman, Machlup, Franz Knigh, Von Mises, Karl Polanyi e Maurice Allais. Sua preocupação era reunir nomes da Europa e dos EUA para formar uma frente de reabilitação intelectual do liberalismo. O colóquio de Mont Pelérin de 1947, tinha como objetivo fundamental, “descobrir meios para enfrentar a crise moral, intelectual e econômica da Europa do pós-guerra, construindo um projeto político-econômico para um povo livre numa grande sociedade.” Como subproduto deste projeto defendia a ideia de desmascarar os inimigos desta sociedade aberta e de determinar as causas da crise europeia através de uma crítica contundente ao fascismo e ao stalinismo.

Os inimigos dessa sociedade aberta eram os regimes totalitários do fascismo e do stalinismo. Entretanto, a sua crítica, como a de Popper, ⁹concentrou-se no stalinismo, pois o objetivo ideológico de ambos era atingir a construção de uma nova forma de organização da sociedade que não fosse a regida pelo mercado capitalista. Para Hayek, o melhor exemplo do Caminho da Servidão é o traçado pelo plano ou desígnio de uma classe operária, uma razão onipotente que entende a sociedade como uma máquina racional ou uma ordem fabricada que constrói pela deliberação de seus sujeitos sociais, um dever socialista. Hayek constrói sua crítica a Marx concentrando naquilo que seria o pecado capital da razão: uma razão onipotente oriunda da classe operária que transformaria a sociedade numa máquina racional, uma razão que é capaz de digerir a sua própria complexidade e que constrói pela deliberação de seus sujeitos sociais um dever socialista.

⁹Karl Popper escreve nessa mesma época uma crítica ao marxismo. Ambos foram duros com a ideia de um fim da história associado ao que chamaram de profético mundo socialista. Guardadas as diferenças de método, a *Miséria do historicismo* de 1944 e *A sociedade aberta e seus inimigos* de 1945, ambos de Popper, e o *Caminho da servidão*, de Hayek, publicado originalmente em 1946, têm o mesmo alvo: desmontar cientificamente o argumento da possibilidade de uma leitura da história e derrubar a visão profética do socialismo decorrente de supostas leis imanentes. (Ganem, 2009).

Para enfrentar o principal inimigo de uma sociedade livre, o totalitarismo, nas suas duas versões do século XX, o stalinismo e o fascismo, Hayek toma como ponto de partida uma crítica filosófica ao racionalismo construtivista, ou a ideia de uma ordem fabricada, oriunda do desígnio da razão. Contra esta ordem fruto do plano em que bastaria a consciência e a ação revolucionárias para revelar o novo mundo, Hayek parte de regras espontâneas e advoga uma Teoria da Evolução Cultural que se define por um processo de experimentação dos homens na história e que resulta sempre na escolha de regras que reafirmam incondicionalmente a concorrência ou a ordem catalítica do mercado. A única ordem que garante a liberdade e que se constitui na melhor forma de organização das sociedades contemporâneas.

Hayek produz uma teoria do mercado que se traduz numa teoria da sociedade. Mas para além disso, ele extrapola todos os limites da economia ou de qualquer disciplina *stricto sensu* para se colocar no plano da filosofia social e da teoria da história. Em que pese a força de seus argumentos teóricos, estes estão intimamente ligados a uma perspectiva ideológica do mercado.

A ordem liberal do mercado, para Hayek, está associada à ideia de ordem espontânea que tem sua origem, sobretudo, na ordem natural de Adam Smith. Ela é catalítica (*katallatein*), que significa trocar e se preserva no mito da mão invisível. Sobre a origem desta noção na história das ideias e a sua contraposição à ideia de uma ordem racional, fabricada, ele afirma: “Foi numa reação contra o racionalismo cartesiano que os moralistas britânicos do sec XVIII (...) elaboraram uma teoria social que faz dos resultados não previstos das ações individuais seu objeto central, propondo uma teoria geral da ordem espontânea do mercado (...)”. *A origem da ideia está na filosofia moral britânica do séc. XVIII de Mandeville. Mas o seu desenvolvimento completo só acontece com Montesquieu (que sofre influencia de Mandeville), e em particular de David Hume, Josiah Tucker, Adam Ferguson e Adam Smith, este último afirma que uma mão invisível conduz o homem a servir a um fim que não faz parte de suas intenções(...), aliás, a percepção mais profunda do objeto de toda teoria social.* (Ganem, 2012 b)

Hayek toma como ponto de partida uma crítica filosófica ao racionalismo construtivista, ou a ideia de ordem fabricada, oriunda do desígnio da razão. Sua crítica filosófica dirige-se ao racionalismo de tradição cartesiana em que o espírito humano através do bom uso de um método rigoroso e universal (*ta mathema*), atinge verdades absolutas e inquestionáveis, sem o recurso de referências empíricas. Hayek faz uma crítica contundente à ideia da sociedade como produto da razão apontando que a perspectiva racionalista revela desprezo pelo costume, pela tradição e pela história e carrega consigo a concepção de que a moral, a religião, a linguagem, as leis, as regras e as instituições são frutos do desígnio, do plano racional.

Contra essa ordem fabricada, produzida pelo plano e pelo desígnio e que, portanto, supõe um mundo passível de ser captado pelo conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea, o *kosmos*, fruto de homens seguidores de regras. Não

fruto de regras apriorísticas inatas ou conhecidas por um espírito humano, mas de regras que seriam transmitidas pela cultura, oriundas da experiência e da tradição

Hayek honra a tradição anglo-saxônica da modernidade que toma o indivíduo como ponto de partida para a compreensão da lógica dos fenômenos coletivos e marca a sua distância do individualismo metodológico utilitarista cujo controle das escolhas teleológicas, resultados de previsões racionais e de desígnios intencionais se expressa no cálculo maximizador. Como contraponto à arrogância da razão cartesiana que exhibe um conhecimento pleno dos fatos e permite uma suposta inteligibilidade da sociedade, Hayek se alia à perspectiva epistemológica que parte da radical ignorância dos membros na *great society*. Deixa também claro que a ignorância, atributo até então desqualificado dos indivíduos é ironicamente sua porta de entrada para conquistar uma possível liberdade. Em *The Constitution of Liberty* afirma que somos livres e ignorantes e, portanto, abertos para o imprevisível e para o não determinado, um horizonte infinito de possibilidades. Em uma palavra: o homem para ser livre deve exercer esta liberdade na escolha dos fins Hayek in (Ganem, 2012b)

A perspectiva ontológica de Hayek é a de um homem consciente de suas próprias limitações e, portanto, sabedor de sua ignorância, mas sábio também porque as contorna, experimentado e criando novas ferramentas. O processo de experimentação é um processo rico de aprendizagem e adequação em que cada indivíduo examina os fatos que conhece e a partir daí, adapta-se ao mundo tendo em vista seus próprios fins. Neste ponto é importante frisar que não é necessário o consenso com relação aos fins sendo o único consenso exigido com relação aos meios capazes de servir a uma grande variedade de propósitos. (Ganem, 2012b)

Contra um mundo passível de ser entendido pela razão, Hayek apresenta um mundo evolucionista ditado por regras selecionadas, abstratas e gerais que guiam os homens num processo de aprendizagem social e coletivo que traz como consequência para a sociedade uma progressiva capacidade para resolver problemas.

Por outro lado, a exigência de regras no funcionamento da ordem catalítica do mercado deixam a nu as contradições do seu argumento teórico quando esse é jogado para o plano da história. Nesse plano de compreensão, teoria, retórica e ideologia conservadora acabam por se irmanar na sua ardorosa defesa ultraliberal da superioridade do mercado como única forma possível de organização das sociedades contemporâneas.

A evolução cultural seria na verdade similar a um processo de crescimento do conhecimento, um processo de aprendizagem social e coletivo que teria nas regras suas guias abstratas. As regras selecionadas, produtos da experiência de gerações são abstratas, mas também devem ser gerais, pois não podem atender a fins particulares e sim respeitar o princípio de aumentar a oportunidade de todos. Nesse sentido, elas reforçam para ele o jogo catalítico do mercado, o único capaz de produzir riquezas, pois seus membros

terminam sempre por selecionar as regras que são aplicáveis a um número desconhecido e indeterminado de casos.

Quanto mais a sociedade se torna complexa, mais é reafirmado o sentido da espontaneidade das regras e mais acertadas as escolhas em torno de regras abstratas e gerais que garantam os meios capazes de servir a uma grande variedade de propósitos. Estas regras abstratas e gerais são para ele as regras da concorrência. Aqui um primeiro movimento importante de substituição das regras morais smithianas por regras concorrencias do mercado. O governo nesse caso deve respeitar o fundamento lógico de uma sociedade livre aceitando que a diferença de oportunidades está relacionada com as eficácias individuais desse processo de descoberta constituído pelo mercado. O intento de tornar as oportunidades de indivíduos iguais produz injustiças. Para evitar os efeitos nefastos do racionalismo construtivista, Hayek sugere que o Estado se mantenha na garantia dos direitos negativos do cidadão: somente as regras de um governo que favorece o funcionamento catalítico do mercado aumentariam as chances de todos. Ou seja, ética e regras morais são subsumidas às regras da concorrência ditadas pela ordem do mercado.

A analogia biológica de Darwin estaria na ideia da adaptabilidade ou na capacidade de um organismo de enfrentar com êxito os problemas do meio ambiente. Isto levou Hayek a sustentar a ideia de que tanto a evolução biológica como a cultural baseiam-se no mesmo princípio de ensaio e erro. Na evolução cultural teríamos como funciona o processo sem tentar explicar seus resultados ou predizer seu curso. Criticando o que chama de discurso profético de Marx ele dirá que *A sociedade não deve ser dirigida para um fim escatológico*. (Ganem, 2012b)

Entretanto, a esta altura de sua construção teórica verifica-se um paradoxo no seu raciocínio, muito bem detectado pelo filósofo francês Luc Ferry : "*o hiperliberalismo de Hayek é um hiper-racionalismo porque ele pressupõe como Hegel que na história tudo se desenvolve racionalmente e que mesmo as iniciativas aparentemente mais irracionais participam da auto-realização de uma razão: a do mercado(...). À força de preservar os direitos e a liberdade dos efeitos nefastos do intervencionismo, o liberalismo hayekiano confia tudo à história ou ao autodesenvolvimento do mercado*". Lendo essa assertiva pelo conceito nuclear de regras constatamos que as regras da concorrência, serão para Hayek, as exitosas. (Ganem, 2012)

Isto significa que todas as iniciativas dos homens se direcionam para a escolha de regras que participam “necessariamente” da auto realização do mercado. Entendemos que a eleição necessária das regras da concorrência se dá porque mercado para Hayek é um método. Um método tão indispensável como a matemática o foi para Descartes. Em que pese suas críticas ao racionalismo, Hayek se coloca num plano ultra racional de leitura da história e acaba por reeditar o mito da mão invisível como um processo impessoal e inexorável do mercado. Esta ideia do mercado como passado, presente e devir, ou como fim da história fornece, segundo a nossa opinião, os elementos necessários à passagem da

teoria à apologia na defesa do mercado como a melhor forma de organização para as sociedades contemporâneas.

Suponho tal como Ferry que Hayek cai na armadilha da razão e termina por reeditar como Laplace e Hegel o mito de descobrir leis imutáveis e eternas para a história. Alias, é esse mito da mão invisível como um processo impessoal e inexorável que tem sustentado a apologia e a retórica dos ultra liberais na defesa do mercado como a única forma de organização para as sociedades contemporâneas. Em última análise, a mão invisível é o meio e o fim da Great Society: a própria inteligibilidade das sociedades complexas. (Ganem 2012b)

E foi exatamente este aspecto da inexorabilidade do mercado com a simultânea euforia do triunfo da democracia liberal como a forma final dos governos que alimentou o debate sobre o fim da história na década de noventa do século passado. Essa discussão que entrou em quase todos os campos do saber, teve como eixo central filosófico à ideia da inexorabilidade do mercado, um processo sem sujeito que expressa o fim da utopia socialista e a sua substituição pela ordem liberal. É como se a humanidade atingisse o ponto final de sua evolução econômica e social ou atingisse a forma final dos governos humanos com o triunfo da democracia liberal. As décadas do pós-guerra consolidaram o capitalismo globalizado, a sociedade de massas, a sociedade de consumo e seus excessos na década de 80, mas será a partir da década de 90 do século passado até nossos dias que presenciaremos o avanço da ideologia neoliberal na tentativa de desconstrução do Estado de Providência e na deterioração ética assentada na crença que as saídas são individuais.

III. Os sujeitos hoje

Que novo sujeito está sendo gerado? Que alterações estão ocorrendo nas subjetividades? Porque a necessidade de sujeitos acrílicos, flexíveis, precários, abertos e disponíveis para todas as conexões dos fluxos do mercado industrial e comunicacional? O que significa do ponto de vista ético a crença em saídas individuais?

Para compreender indivíduo egóico e concorrencial e traçar um perfil das sociedades de mercado contemporâneas tomamos os autores da teoria do mercado como referências e estabelecemos diálogos com a filosofia, a sociologia, a política e a psicanálise. Neste sentido recuperamos contribuições que fornecem traços significativos dessas sociedades e dos sujeitos. Nelas, indivíduos são interpelados como consumidores e não como cidadãos; a política é reduzida ao interesse privado, ou ainda negada, diminuída, adulterada, esquecida; a crise do pensamento e da filosofia se manifesta por seu empobrecimento, a arte e a natureza são reduzidas à lógica utilitária, e finalmente, os valores egoístas, as saídas individuais e concorrentes são introjetados nas subjetividades definindo um indivíduo egoísta muito distante do sujeito simpático smithiano.

No campo **político** a ideia de que não há outra saída a não ser a do mercado capitalista auto-regulável como forma de organização das sociedades contemporâneas se somou à

crise da utopia comunista em fins do século passado e gerou num primeiro momento, conformismo, apatia, desinteresse por causas utópicas e sonhos do sujeito coletivo de transformar a própria sociedade. Mas a crise na política não se deveu apenas a sensação de impossibilidade de construção de projetos de sociedade alternativos, mas numa apatia frente às necessidades de aperfeiçoamento da democracia nas sociedades contemporâneas.

O aniquilamento da **política** foi certamente uma das mais graves consequências do avanço de uma sociedade desprovida de valores éticos humanistas, ou seja, de uma experiência humana destituída de sentido. A sociedade de massas dessa *great society* leva, segundo Hannah Arendt (Arendt, 1972) à anulação da cultura dando lugar à banalização do entretenimento e ao conformismo, o que para a autora é o elemento central que pode levar à destruição da humanidade. Constata-se no isolamento dos indivíduos em seus terrenos privados, a substituição da política pelo vazio do consumo. A política ou ação política para Arendt está ligada a possibilidade de criar algo novo alicerçado em um pensar que compreende, um agir que não é mecânico e um julgar com discernimento. O homem banal, ou o filisteu na expressão de Arendt é justamente o contrário: um homem incapaz de agir “politicamente” pois seu pensar não compreende e seu julgar não tem discernimento. O resultado desastroso constatado nas sociedades contemporâneas dessa forma de alienação do sujeito é a banalização do mal, a naturalização da violência, a brutalização, e por fim, a fascistização. A política não é mais algo merecedora do aplauso de seres magnânimos smithianos: em seu lugar o que ocorre é a deterioração ética salvo raríssimas exceções.

No que diz respeito à **sociedade** vivemos em uma sociedade de consumidores que significa, para retomar a precisa máxima de Zygmunt Bauman: vivemos em sociedades que os indivíduos são interpelados como consumidores e não como cidadãos. Trata-se de uma sociedade em que o ativismo do consumo prospera na condição de apatia política e descompromisso social e que se funda na exaltação do desejo de consumo, crescente, insaciável, volátil, efêmero, evasivo e caprichoso. Vivemos sob a admirável “virtude” dos objetos que trazem a falsa promessa de segurança, pois da atividade do consumo não deve emergir vínculos duradouros: a síndrome consumista envolve velocidade, excesso e desperdício (Bauman, 2007).

Na contemporaneidade, os comportamentos consumistas, alimentados pelo individualismo e pela concorrência apostam na valorização do aparente, da imagem e do simulacro. O auto centramento desses indivíduos egóicos (mônadas isoladas) se expressa em um narcisismo e uma teatralidade sem limites (uma estetização vazia da existência). As máscaras são os veículos em que os atores se inserem como personagens na cena social (Birman, 2000). Na década de 60 Christopher Lasch em *A Cultura do Narcisismo* e Guy Debord em *A sociedade do Espetáculo* denunciavam a ascensão de indivíduos egóicos, autocentrados, vazios, voltados para fora em que a cultura da imagem seria apenas a face externa do individualismo exacerbado, da glorificação do eu e da estetização da própria

existência. Hoje as redes sociais, benéficas na aproximação de pessoas, cumprem também este papel de “elevar a autoestima narcisista de seus consumidores na medida em que oferece o ego ali exposto como mercadoria” (HAN, 2017)

Esta **sociedade** de indivíduos consumidores está assentada em uma individualização exacerbada alimentada por um forte componente ideológico: “o que está errado em nossas vidas provém de nossos próprios erros”. Os ideólogos do fundamentalismo do mercado¹⁰ têm nesta premissa uma de suas mais importantes: indivíduos e sociedades são as próprias vítimas de suas escolhas erradas, de suas opções incompetentes. As regras da concorrência premiam os vencedores, aqueles que fizeram as escolhas acertadas, tese esta baseada na teoria darwiniana da vitória dos mais aptos e difundida por Hayek. Associada à glorificação de saídas individuais exitosas, temos a falsa noção de liberdade. Os membros são embalados pela ideia da liberdade ligada à livre escolha: uma liberdade sem precedentes para escolher mais do mesmo. Neste sentido O “*Homo Eligens*” de Bauman é uma irônica caricatura do legendário *Homem Econômico Racional* da teoria econômica ortodoxa (Bauman, 2007).

Todos estes elementos se unem para fornecer o traço contemporâneo do HER, o “*Homem empresário de si*”, delineado por vários filósofos entre eles, (Zizek,2006), (Han, 2017), (Safatle, 2016). Dele se exige, cálculo, sabedoria nas escolhas, desempenho, e aptidão para a concorrência. São indivíduos movidos unicamente por seus interesses privados egoístas e detentores de um saber técnico/ racional que sem bem aplicado lhes proporciona a maximização de seus ganhos e a viabilização de seus desejos de consumo. Este Homem Empresário que se auto fabrica é aquele que faz investimentos em si, resultados de boas escolhas (embora predeterminadas) e que no limite se vê como uma mercadoria vendável, adequada aos padrões. São pessoas esvaziadas de sentido humanitário, voltada exclusivamente para o seu desempenho, eficácia, produtividade. Ainda dentro desta linha (e traduzido para a teoria dos jogos) estes indivíduos se consideram jogadores, dotados de uma inteligência “esperta”, que maximiza rapidamente para poder jogar em outro lugar. Mas em verdade Dufour os considera sujeitos acrílicos, precários, instáveis, dóceis e abertos a todas as conexões, esquizóides à la deleuze, tragados emocional e psiquicamente pelas redes e fluxos do Mercado. (Dufour, 2007)

Na outra ponta da sociedade e em sua grande maioria, frutos de sociedades desiguais, uma massa de excluídos (pobres e imigrantes) que são considerados fracassados, consumidores falhos, inadequados. A ausência de políticas sociais que protejam os indivíduos, o abandono do Estado de suas reponsabilidades sociais produz atualmente um desamparo redobrado e um medo crescente do outro. O apartheid econômico e social bem

¹⁰ O mercado é concebido por Dany Robert-Dufour como um deus pós-moderno que substitui as grandes narrativas simbólicas anteriores: o totem, o pai, a nação, a república, o povo e o proletariado pelas pequenas narrativas de indivíduos egolátricos exibidores de seus objetos de desejo. (Dufour, 2007)

expresso na “lógica do condomínio” revela a tensão crescente em nossas sociedades divididas, profundamente desiguais.

Do “sofrimento” e do medo do desamparo freudianos que provem da degenerescência e da finitude de nossos corpos, das forças insondáveis da natureza e das relações ambivalentes com os outros, acrescentemos o medo do desemprego, da violência e da inadequação. A contrapartida nas subjetividades contemporâneas é a dilaceração do **psiquismo** na tentativa de atender à lógica imposta pelo neoliberalismo. Como o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido de trocas inter-humanas o que se observa nos terrenos mais recônditos dos indivíduos são depressões, síndromes do pânico e as toxicomanias. Estas doenças psíquicas podem ter origens genéticas, pessoais, mas a literatura crítica psicanalítica adiciona um elemento explosivo: o “fracasso” do indivíduo na realização do que é esperado pela sociedade mediante as quais *as personas* se inscrevem e desfilam no cenário social.

Isto tem significado um crescente consumo de drogas para conter as angústias e depressões na tentativa de capacitar o indivíduo para a concorrência no trabalho, para as mazelas do narcisismo e as mirabolancias do espetáculo, em que o ato de consumir se transforma em ritual de exorcismo dos demônios interiores. A saída pelas drogas é mais uma prova que não existe lugar nem para depressivos nem para panicados, os recalitrantes trágicos modernos. Para Freud existiriam duas falsas saídas para o para o mal estar da civilização: as drogas e a religião. Hoje temos drogas, fanatismo religioso disputando a ilusão das falsas saídas.

São inúmeras facetas a serem exploradas para a compreensão necessária à desconstrução do indivíduo neoliberal contemporâneo que retrata não apenas a crise do sujeito coletivo mas também o apagamento e o eclipsar do sujeito simpático smithiano.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. (1985[1944]); *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ARENDDT, Hannah (1972); *La Crise de la Culture*, Paris: Folio- Essais.

_____ (1987); *A Condição Humana*, RJ: Forense Universitária.

BAUMAN, Zygmunt (2007); *Vida para o Consumo*, RJ: Jorge Zahar Editor.

BIRMAN, Joel (2000); *Mal estar na atualidade*, RJ: Civilização Brasileira

DEBORD, Guy. (2005,[1967]); *A Sociedade do Espetáculo*, Lisboa: Edições Antipáticas.

DUFOUR, D.R. (2005); *A Arte de Reduzir as Cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultra liberal*, RJ: Companhia de Freud.

_____ (2007); *O Divino mercado: a revolução cultural neo liberal*, RJ: Companhia de Freud

GANEM, Angela(1996); *Demonstrar a ordem racional do Mercado; considerações em torno de um projeto impossível*, in Revista de Economia Política, vol.16,n2 (62),p105-122

_____ (2000); *Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica* in Revista de Economia Contemporânea, vol 4, n2pp 9-36.

_____ (2002); *Economia e Filosofia; tensão e solução na obra de Adam Smith*, in Revista de Economia Política, vol22, n4(88)104-118.

_____ (2012a); *Popper versus Adorno: lições de um confronto histórico*, Revista de Economia Política, vol.32, pp 87-109.

._____ (2012b); *Hayek: do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história*, Revista Política e Sociedade, pp 93-117

HAN, Byung-Chul(2017); *Topologia da Violência*, Petrópolis: Editora Vozes.

LASH, Cristopher (1983[1979]); *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*, RJ: Imago.

SAFATLE, Wladimir (2016); *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, BH: Autentica Editores.

ZIZEK, Slavoj (2015); *Problemas no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo*, RJ:Zahar.

.